

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AMANDA LARA DE SOUZA MENDANHA
KARLA MARGARETH BORBA PÓVOA
KEILA ANIZELI DA SILVA ALVES
RENATA SILVA ROSA TOMAZ
SAMARA RODRIGUES MACIEL SANTOS

**CONSTRUINDO ALICERCES:
O IMPACTO DA PATERNIDADE NO DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL**

ANÁPOLIS

2024

Resumo

A paternidade é um assunto relevante quando se trata de desenvolvimento humano. Este artigo tem como objetivo analisar a ausência paterna e seu impacto no desenvolvimento infantojuvenil. Foi realizada uma pesquisa documental no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) da cidade de Anápolis afim de se obter dados e informações acerca do tema. Sendo assim, a ausência paterna, seja física ou emocional, é um fenômeno que afeta profundamente as dinâmicas familiares e tem consequências significativas para os filhos, especialmente durante a infância e adolescência. Abordando desde as visões mais tradicionais acerca da paternidade e do patriarcado até as mais atuais e mudanças alcançadas até os dias atuais. Dentro da pesquisa realizada com os dados quantitativos e qualitativos obtidos, foram organizados em tabelas e nuvens de palavras podendo se obter resultados significativos desses impactos na vida dos adolescentes. Diante disso, podemos ver que a ausência paterna pode ter sido fator determinante na formação de identidade e ações desses jovens.

Palavras- Chave: ausência, paternidade, infantojuvenil.

Introdução

O objetivo deste trabalho foi compreender a relação entre o envolvimento paterno e o desenvolvimento infanto juvenil. Primeiramente, a paternidade não pode ser definida de maneira universal, pois carrega em si uma multiplicidade conceitual. O conceito de paternidade varia conforme a forma como é exercida e de acordo com as interpretações culturais e, ainda por cima, é influenciada pelos acontecimentos sócio-históricos que a circundam. (Oliveira, Cruz, Estrela, Silva, Magalhães, Gomes, Pereira & Sousa, 2022).

Na visão tradicional, principalmente dentro de sociedades patriarcais, o homem ocupa os espaços e os deveres públicos, como também, a posição de provedor financeiro e representante da autoridade e ordem doméstica (Gomes & Resende, 2004; Silva & Piccinini, 2007; Vieira & Françoço, 2012). Enquanto isso, a mulher é incumbida do espaço privado, encarregando-se do desenvolvimento infantil e das demandas domésticas. (Vieira & Françoço, 2012).

Entretanto, eventos de teor histórico e social começaram a transformar essa realidade, especialmente aqueles relacionados à ampliação da realidade feminina. Entre esses eventos, destacam-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, os avanços tecnológicos de reprodução humana, como a inseminação artificial e criação de contraceptivos, possibilitando o surgimento de famílias nucleares e menores. Além disso, a legalização do divórcio e a introdução dos testes de paternidade através de traços genéticos DNA (Ácido Desoxirribonucleico, é uma molécula presente no núcleo das células dos seres vivos que carrega toda a informação genética de um organismo), pressionaram a transformação da conduta paterna, promovendo maior envolvimento na vida familiar e na criação de seus filhos (Vieira & Françoço, 2021).

Até o século passado, apenas crianças nascidas dentro do casamento eram consideradas legítimas. Consequentemente, aquelas concebidas em relacionamentos extraconjugais se tornavam invisíveis ao ordenamento jurídico e não possuíam direitos legais (Silva, Elias & Michel, 2011). A partir das transformações culturais, políticas e econômicas esta realidade se modificou e as estruturas familiares foram redefinidas, destacando a importância dos laços afetivos e reduzindo a exclusividade do vínculo matrimonial (Silva, Elias & Michel, 2011).

Vale ressaltar que a paternidade não se restringe ao fator de consanguinidade. A paternidade afetiva, por exemplo, fundamenta-se no amor e afeto que foram construídos através da convivência, sendo caracterizada pelo compromisso de cuidar e educar, independente da existência de uma ligação biológica. Um exemplo de tal, são os "filhos de criação", que

recebem atenção e cuidado de pais que os criam por escolha. Nessa modalidade de paternidade, o registro parental é irrevogável (Silva, Elias & Michel, 2011).

As mudanças na estrutura familiar incentivaram uma nova perspectiva sobre o envolvimento masculino nos cuidados domésticos e infantis, desconectando-o do seu papel restrito como mantenedor e inserindo-o no cotidiano familiar (Vieira & Françoze, 2021). Esse cuidado abrange as interações emocionais e lúdicas, como também, os cuidados físicos (higiene, alimentação e etc.) e educacionais, nas quais este pai assume função de educador, servindo de exemplo e orientação para a construção da personalidade e autonomia de seu filho (Gomes & Resende, 2004; Oliveira et al., 2022). Ainda por cima, existe uma responsabilidade legal de cuidar e educar a criança é atribuída à família como um todo, e o dever civil do pai envolve proteger, alimentar, educar, administrar e representar a criança (Oliveira et al., 2022).

A ausência paterna tem como particularidade a falta de convivência, vínculo e contato entre pai e filho. Essa ausência pode ser duradoura, permanente ou temporária, isto é, por consequência de morte, separação, atividades laborais e, por vezes, ocorre mesmo com a presença física do pai, devido ao seu distanciamento emocional (Breitenbach & Levandowki 2015). As consequências de tal experiência pode ser de cunho emocional e identitário, além de tornar-se uma lacuna econômica que expõe o desenvolvimento infantil a impactos negativos (Rendón-Quintero & Rodríguez-Gómez, 2021). Essa situação é recorrente no Brasil, onde cerca de 110.716 registros de nascimento não contém o nome paterno (Globo, 2023). Desta forma, a ausência da figura paterna é considerada uma experiência adversa, que está associada ao desempenho acadêmico inferior, comportamento agressivo e desrespeito de regras. (Oliveira et al., 2022; Rendón-Quintero & Rodríguez-Gómez, 2021).

Durante entrevistas, Rendón-Quintero e Rodríguez-Gómez (2021) observaram que os participantes relacionavam a ausência paterna a sentimentos de desamparo, solidão, estigma e discriminação. Ainda por cima, pode prejudicar a adaptação e integração escola, além de contribuir para o sentimento de não pertencimento pelo infante (Rendón-Quintero & Rodríguez-Gómez, 2021). Para completar, a figura paterna tem influência na construção da identidade e na percepção da própria sexualidade. Na ausência de uma referência paterna, o indivíduo pode internalizar estereótipos que associam o homem à violência e à frieza, o que afeta negativamente suas relações interpessoais e pode levar à delinquência (Rendón-Quintero & Rodríguez-Gómez, 2021).

Considerando que a adolescência é uma fase com características e desafios próprios, na qual ocorrem diversas oportunidades para a exploração dos meios sociais e transformações biológicas, sociais e psicológicas. Neste contexto, a ausência paterna pode repercutir de

variadas formas, a depender da presença ou não de fatores de proteção (características individuais, rede de apoio, motivo da ausência paterna), o que pode estar associado ao aumento da frequência de comportamentos delinquentes, dificuldade na conquista da autonomia, na escolha profissional e na percepção de futuro (Breitenbach & Levandowki 2015). Ainda por cima, um estudo norte-americano realizado no início dos anos 2000, constatou a probabilidade de uma correlação entre o uso entorpecentes e ausência parental (Sganzerla & Levandowki, 2010).

A participação dos homens nos cuidados familiares é benéfica para a mulher, para a criança e para o próprio pai, particularmente no acompanhamento pré-natal, contribuindo para a prevenção de violência obstétrica, maior humanização do parto e redução da depressão pós-parto (Lima & Santos, 2019; Oliveira et al., 2022). Já na década de 1980, estudos indicavam que recém-nascidos reagem à presença do pai desde os primeiros dias (Silva & Piccinini, 2007). Mais recentemente, a pesquisa "Helping Dads Care" indicou que 85% dos pais se mostraram dispostos a participar dos cuidados com o bebê nas primeiras semanas (Lima & Santos, 2019).

O envolvimento paterno está relacionado à criação de uma dinâmica familiar harmoniosa, com divisão justa das responsabilidades domésticas e altos níveis de afetividade, favorecendo uma relação próxima entre pai e filho (Leandro, Souza & Lima, 2021; Oliveira et al., 2021). O pai exerce papel importante na internalização de valores morais e no respeito à autoridade, ensinando à criança conceitos de justiça e as consequências das ações (Rendón-Quintero & Rodríguez-Gómez, 2021). A paternidade ativa promove estimulação cognitiva, influenciando positivamente o desempenho acadêmico e a aquisição da linguagem (Rendón-Quintero & Rodríguez-Gómez, 2021).

Entretanto, diversos fatores afetam o envolvimento paterno, como a personalidade do pai e da criança, e a condição laboral dos pais, especialmente em lares onde ambos trabalham (Silva & Piccinini, 2007; Pimenta, Veríssimo, Monteiro & Costa, 2010). Pais com maior flexibilidade no horário de trabalho e disponibilidade de informações se mostram mais envolvidos (Pimenta et al., 2010). No entanto, o uso da licença-paternidade ainda enfrenta desafios: 18% dos pais temem julgamentos, 36% relatam falta de apoio dos chefes, e 40% temem perder o emprego. O ideal seria que essa licença fosse intransferível e integralmente paga (Van der Gaag, Gupta, Heilman, Barker & Van den Berg, 2023).

Conclui-se que a presença paterna é fundamental para o desenvolvimento infantil, contribuindo para um ambiente familiar saudável e seguro. Contudo, a paternidade ativa e participativa ainda está em processo de transformação, transitando entre antigos valores de

autoridade e um novo papel de envolvimento educacional e emocional. A mudança tem ocorrido através de homens que buscam maior proximidade com os filhos, promovendo uma conduta de cuidado e equidade, inspirando assim outras gerações (Vieira & França, 2021; Lima & Santos, 2019).

Portanto, os objetivos principais deste estudo foi compreender de maneira abrangente e profunda o impacto das múltiplas dimensões da ausência paterna no desenvolvimento infantojuvenil, com ênfase nas implicações do relacionamento pai-filho para o bem-estar e o desenvolvimento emocional, comportamental e social da criança. O estudo também aborda as implicações da ausência paterna na formação da identidade da criança e na construção de vínculos familiares e sociais, analisando como essa falta pode influenciar a socialização o comportamento de adaptação à escola e a formação de padrões de relacionamento interpessoal. Considerando as mudanças familiares, a relevância do envolvimento paterno no desenvolvimento infantojuvenil é destacada. Além disso, observa-se a relação da ausência paterna no desenvolvimento das funções cognitivas, desempenho acadêmico, na capacidade de resolução de conflitos e na formação de competências sociais nas crianças. O estudo também explora a influência do pai no vínculo da criança com outras figuras de apoio familiar, como avós, tios ou outras pessoas significativas, que desempenham um papel de compensação ou de apoio ao desenvolvimento infantojuvenil.

Método

Este estudo foi realizado utilizando uma abordagem de métodos mistos, que combina informações quantitativas e qualitativas para fornecer uma análise mais ampla e detalhada do fenômeno em questão. A integração de ambas a abordagem permite explorar não apenas a extensão dos informações quantitativos, mas também os significados e percepções que emergem dos informações qualitativos. A escolha dessa abordagem se justifica pela complexidade do tema, que requer tanto a medição estatística dos dados quanto a compreensão dos significados subjetivos associados (Creswell & Clark, 2017).

Os dados foram coletados por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e estudos de campo, conforme descrito:

Pesquisa bibliográfica integrativa: Foi realizada com base em artigos científicos, TCCs, publicações de revistas acadêmicas e fontes confiáveis disponíveis em plataformas como Google Acadêmico e SciELO. Essa modalidade foi escolhida por possibilitar a síntese de

conhecimentos teóricos e empíricos, promovendo uma visão crítica e abrangente (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Pesquisa documental: A coleta incluiu documentos do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), abrangendo fichas de atendimento inicial, PIAs (Planos Individuais de Atendimento) e relatórios avaliativos de conduta.

Estudos de casos: Casos específicos foram analisados para explorar a temática de menores infratores sem reconhecimento ou acompanhamento paterno, contribuindo para a compreensão das questões problemáticas e hipóteses levantadas (Yin, 2015).

Conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo foi aplicada neste estudo como metodologia qualitativa central. Esta abordagem, amplamente utilizada em pesquisas sociais, permite identificar padrões, categorizar informações e interpretar significados implícitos nos registros analisados. A aplicação incluiu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, promovendo uma interpretação aprofundada das experiências dos adolescentes investigados.

Procedimentos

Planejamento e Autorização:

A coleta de dados foi planejada considerando a necessidade de acesso a documentos e informações protegidas. Para isso, foram enviados ofícios em duas etapas: primeiramente à Vara da Infância e Juventude, e, após a liberação, ao Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), solicitando autorização para visitas técnicas e coleta documental. Esse processo foi conduzido em conformidade com as orientações legais e éticas (Resolução CNS nº 510, 2016).

O grupo também consultou a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), onde foi informado que a delegacia não dispunha de dados organizados sobre o tema devido a restrições legais relacionadas ao segredo de justiça. Como alternativa, o psicólogo responsável orientou a busca de dados diretamente no CASE e na Vara da Infância e Juventude.

O Juiz da Vara da Infância e Juventude, Dr. Carlos Limongi, atendeu ao grupo e, embora tenha explicado que a vara não possuía dados organizados para consulta, encaminhou a pesquisa para o CASE, liberando visitas técnicas e orientando a coleta das informações disponíveis.

Visitas Técnicas e Reconhecimento Institucional:

Durante a primeira visita ao CASE, foi realizado o reconhecimento das instalações e do funcionamento das atividades desenvolvidas. O CASE é uma entidade multidisciplinar que oferece suporte integral aos adolescentes, contando com uma equipe composta por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, educadores físicos, terapeutas ocupacionais, e outros profissionais. O objetivo da instituição é promover a recuperação e reintegração dos adolescentes à família e à sociedade (Silva, 2020).

Coleta de Dados Documentais:

Os dados foram coletados em 10 sessões, realizadas no período das 13h às 17h, por meio da análise manual de três tipos de documentos:

Fichas de Atendimento Inicial e Internação Provisória: Documentos que registram informações pessoais e socioeconômicas dos internos no momento da admissão;

- Planos Individuais de Atendimento (PIA): Instrumentos detalhados que acompanham o desenvolvimento integral dos adolescentes, incluindo estratégias de recuperação e reinserção social;
- Relatórios Avaliativos de Conduta: Análises minuciosas e periódicas realizadas pela psicóloga responsável, com validação do Juiz da Vara da Infância e Juventude (CASE, 2024).

Os dados coletados incluíram:

- Informações pessoais (nome, idade, filiação, escolaridade, cidade de origem);
- Dinâmica familiar (responsável pelo menor, estrutura sociofamiliar);
- Histórico de infrações (tipo de infração, motivos e reincidência);
- Situação socioeconômica (condições financeiras e vulnerabilidades sociais);
- Observações relevantes registradas pelos profissionais do CASE.

Análise de Dados:

Diante de todos os dados coletados, foi realizada uma pré-análise para a transcrição e organização do material, o que ajudou a estabelecer os conteúdos mais relevantes. Em seguida, foi feita uma exploração detalhada para definir e selecionar regras de contagem, como:

- Presença e ausência de informações;
- Frequência, intensidade e ordem de aparição;
- Co-ocorrência de categorias relevantes.

A análise dos dados foi conduzida utilizando os programas Jasp e Iramuteq, que permitiram categorização, identificação de padrões e tratamento estatístico das informações coletadas (Camargo & Justo, 2013).

Pesquisa Bibliográfica Integrativa:

A revisão integrativa da literatura foi realizada em plataformas como Google Acadêmico e SciELO, incluindo artigos científicos, publicações acadêmicas e TCCs. Essa abordagem foi escolhida por permitir a análise sistemática de diferentes estudos, ampliando a compreensão teórica e empírica sobre a ausência paterna e suas consequências (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Estudo de Casos:

Casos específicos foram analisados para explorar a problemática de menores infratores sem reconhecimento ou acompanhamento paterno, contribuindo para validar hipóteses levantadas. A análise revelou a complexidade emocional das histórias analisadas, destacando vulnerabilidades sociais e familiares (Yin, 2015).

Colaboração Institucional e Desafios:

A psicóloga responsável pelo CASE acompanhou o grupo em visitas técnicas, e orientou a coleta de informações. Embora os dados inicialmente buscados não estivessem organizados de forma acessível na Vara da Infância e Juventude, a colaboração institucional foi fundamental para o sucesso da pesquisa.

A análise dos documentos revelou a complexidade emocional das histórias dos adolescentes, destacando aspectos como vulnerabilidade social, exclusão e ausência de suporte familiar adequado (Yin, 2015).

Apesar dos desafios relacionados a restrições legais e limitações organizacionais, o apoio institucional do CASE e da Vara da Infância e Juventude foi essencial para garantir o sucesso da pesquisa. A complexidade emocional dos dados analisados foi tratada com cuidado para manter a objetividade da análise.

Resultados

Após a apuração dos dados foi possível chegar aos seguintes resultados:

No que se refere à frequência de gênero, o masculino aparece com um percentual de 89,6%, seguindo pelo feminino com 10%, sendo estes os únicos gêneros especificados. Outro fator foi a frequência por cor de pele, em que a parda teve percentual de 50%, seguida pela

negra com 25,8%, a branca 22,6% e a amarela com 1,6%. Desta forma, a cor parda está em maior incidência, com uma pequena diferença entre a negra e a branca.

Além disso, relativo aos responsáveis, a mãe aparece com um percentual de 64%, ambos os pais com 16%, o pai com 10% e a avó com percentil de 8%. No que se refere a frequência por escolaridade, o ensino fundamental incompleto aparece com o percentual de 55%, ensino fundamental completo com 20%, ensino médio incompleto com 18,8% e ensino médio completo de 5%.

Na frequência por delitos, homicídio ou tentativa de homicídio aparece com o percentual de 42,3%, seguida por roubo ou tentativa de roubo com o percentil de 21,8%. Em incidência de drogas o uso relatado foi de 2 a 3 tipos de drogas, com 2 tipos apresentando um percentual de 24,8% e o 3 tipo com 20,8%.

Discussão

No que tange ao referencial teórico, observa-se que na sociedade o papel paternal é imbuído de uma multiplicidade conceitual, abrangendo desde a paternidade consanguínea até a paternidade sócio afetiva. Desta forma, o papel exercido pelo pai pode variar dentro da dinâmica familiar, a ponto de reforçar o papel de provedor financeiro ou abranger uma nova perspectiva que envolve uma participação ativa do homem nos cuidados infantis e domésticos. No entanto, a sua ausência é definida como a falta de convivência, vínculo e contato entre o pai e filho (Breitenbach & Levandowki, 2015).

No Brasil, conforme o censo demográfico de 2022, aproximadamente 10.321.771 de famílias são chefiadas por mães solas, em comparação a 1.614.739 de famílias chefiadas por pais que criam seus filhos sozinhos (Crescer, 2024). Este dado foi identificado durante a pesquisa, na qual a mãe foi apontada com maior frequência como responsável pelos adolescentes, cerca de 64%, enquanto o pai foi responsável por apenas 10%.

Em contraste com essa realidade, quando há uma divisão equitativa de responsabilidade doméstica e elevados níveis de afetividade, o envolvimento paterno parece estar ligado à criação de uma dinâmica familiar harmoniosa, (Leandro, Souza & Lima; Oliveira et al., 2021). Ademais, o cuidado infantil e juvenil é atribuído a família como um todo e não somente a mãe, como parece ter sido culturalmente estabelecido. O próprio dever civil irá compreender a função paterna como o ato de resguardar, nutrir, educar, administrar e representar a figura do filho (Oliveira et al, 2022).

Os autores Rendón-Quintero e Rodríguez-Gómez destacam que a figura paterna parece se interligar a construção da identidade masculina e a carência desta pode possibilitar a internalização de estereótipos sociais que representam o homem como violento, frio e agressivo. Contudo, compreendemos a complexidade das relações humanas e que tal internalização poderia acontecer, também, na presença da figura paterna, caso esta possuísse comportamentos que reforçassem tal estereotipo.

Ademais, a pesquisa revelou que cerca de 89,6% do socioeducandos eram do gênero masculino, o que reforça a importância de compreender o papel da figura paterna na formação da identidade.

Outroassim, aproximadamente 24,8% dos socioeducandos fazem uso de dois tipos de drogas. Os autores Jimenez, Adorno e Marquez (2018), revelam que o poliuso de drogas (quando se utiliza mais de uma substância) pode estar vinculado a indisciplina, início precoce do uso, disponibilidade ambiental e consumo excarcerado ou frequente de bebida alcoólica.

Além do mais, esses mesmos autores apontam que o poliuso pode interligar-se à vulnerabilidade social e as relações familiares, bem como à baixa expectativa sobre a educação dos filhos, a presença de diferentes transtornos psiquiátricos e de busca por sensações, sentimento de desesperança e, até mesmo fatores genéticos (Jimenez, Adorno & Marquez, 2018). Em adição, um estudo realizado na América do Norte percebeu uma relação entre o uso de entorpecentes e a ausência parental, ou seja, este fato poderia ser um fato influenciador ao consumo de drogas e não o único (Sganzerla & Levandowki, 2010).

De igual modo, os autores Jimenez, Adorno e Marquez revelam que a abstinência em decorrência do uso de substância pode ser um fator determinante para o cometimento de atos infracionais. Em consonância com isso, os dados revelaram que a maior parte dos crimes cometidos, cerca de 42,3%, estavam relacionados a tentativas de homicídio ou homicídio. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada no CASE.

Outro dado importante destacado durante a pesquisa, foi que 55% dos socioeducando tinha o ensino fundamental incompleto. Na pesquisa realizada Rendón-Quintero e Rodríguez-Gómez (2021), eles observaram que os entrevistados externalizavam a lacuna deixada pela ausência paterna através de emoções de desconsolo e solidão. Ainda por cima, tal fato parece afetar a adaptação e integração dos infantes no meio educacional.

Por fim, os dados obtidos revelam uma inter-relação não apenas com a ausência paterna exposta, mas também com uma diversidade de fatores que influenciam a história de vida deste socioducandos, tais como vulnerabilidade social, ciclos de violência; disponibilidade ambiental para o uso de drogas, maus-tratos, entre outros. É imperativo destacar a relevância dos fatores

de proteção como características individuais, uma rede de apoio e os motivos que levaram a ausência paterna, que podem estar relacionados com a morte, empregos requerem maior distanciamento e presença física com pouco envolvimento emocional para a ocorrência ou não dos eventos expostos (Breitenbach & Levandowki, 2015).

Conclusão

A ausência paterna é uma questão complexa que impacta não apenas as mães e os filhos diretamente envolvidos, mas também a sociedade em geral. Enfrentar esse desafio exige uma abordagem abrangente, que inclua apoio emocional, iniciativas legais e uma transformação nos valores culturais. Abordando o abandono paterno de forma honesta e empática, é possível promover um ambiente mais acolhedor e oferecer suporte às mães que assumem sozinhas a responsabilidade pelo cuidado familiar.

Diante do exposto, o tema é de extrema relevância, pois afeta diretamente a estrutura familiar e o desenvolvimento emocional e social das crianças. Além de impor uma sobrecarga às mães, que frequentemente assumem sozinhas a responsabilidade pela criação dos filhos, essa questão também gera impactos sociais amplos, como a perpetuação de desigualdades e o aumento de vulnerabilidades. Discutir e abordar esse problema é essencial para promover uma sociedade mais justa, que valorize a corresponsabilidade parental e ofereça às crianças um ambiente mais equilibrado e saudável para seu crescimento.

Por fim, podemos ver que fatores biopsicosociais incluindo a ausência paterna podem ser fatores determinante na formação de identidade e ações desses jovens. Vale salientar que ainda há uma lacuna na literatura e em artigos que tratem acerca desta temática, por isso afirmamos que são necessários mais dados para uma comprovação mais exata e assertiva. Levantamos como possibilidade uma pesquisa mais densa nos prontuários e entrevistas com os socioeducandos para uma melhor compreensão a respeito de todos os dados coletados.

Referências

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Breitenbach, I. M. S., & Levandowski, D. C. (2015). Grupo operativo com adolescentes que vivenciam a ausência paterna temporária: relato de experiência. *Contextos Clínicos*, 8(2), 153-164. Acessado em 19 de novembro de 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/ctc.2015.82.04>.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: A free software for analyzing textual data. *Psicologia Em Pesquisa*, 7(2), 5–14.
- CASE (2024). *Relatórios e Documentação Institucional*. Disponível em: <https://case.gov.br>.
- Crescer. (2024, 25 de outubro). Censo do IBGE: Número de mães solo é 6 vezes maior do que o de pais solo no Brasil. *Revista Crescer*. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/maes-e-pais/noticia/2024/10/centso-do-ibge-numero-de-maes-solo-e-6-vezes-maior-do-que-o-de-pais-solo-no-brasil.ghtml>
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2017). *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. Sage Publications.
- Gomes, Aguinaldo José da Silva e Resende, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online]. 2004, v. 20, n. 2 [Acessado 15 de outubro de 2024], pp. 119-125. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004>.
- Gomes, A. J. da S., & Resende, V. da R. (2004). O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125. h [tps://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004](https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200004)
- Jimenez, L., Adorno, R., & Marques, V. R. (2018). Drogas-Pra que te quero? Drogadição e Adolescência na Voz dos Socioeducadores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e34412. Acessado em 19 de novembro de 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34412>.
- Leandro, G. S., Souza, A. F. S., Lima, G. S., Oliveira, M. N. S., Lopes, L. N. G. O., Cruz, D. S. V., Costa, E. F. ., & Caldas, I. F. R. . (2021). Paternal abandonment associations and socioeconomic factors on language development. *Research, Society and Development*, 10 (11), 1 - 9. Recuperado em 24 de maio de 2024, de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19463>
- Lima, D. C., & Santos, M. C. C. (2019). Situação da Paternidade no Brasil 2019: Tempo de Agir. *Promundo*, 1, 7 - 109. Recuperado em 29 de maio de 2024, de <https://promundo.org.br/recursos/spb2019/?lang=portugues>.
- Oliveira, M. A. S., Cruz, M. A., Estrela, F. M., Silva, A. F. , Magalhães, J. R. F., Gomes, N. P. A, Pereira, A. & Sousa, A. R. (2022) Papel paterno nas relações familiares: revisão

integrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35, 1 - 10. Recuperado em 24 de maio de 2024, de <https://www.scielo.br/j/ape/a/YSGjkSSqfvZ7Vx3qQZCxgmz/>

Pimenta, M., Veríssimo, M., Monteiro, L. & Pessoa e Costa, I. (2010) O envolvimento paterno de crianças a frequentar o jardim de infância. *Análise Psicológica*, 28 (4), 565 - 580. Recuperado em 24 de maio de 2024, de <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/375>

Rendón-Quintero, E., & Rodríguez-Gómez, R. (2021). Ausência paterna en la infancia: vivencias en personas con enfermedad mental. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 19 (2), 121-145. Recuperado em 24 de maio de 2024, de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2021000200121#:~:text=Seg%C3%BAAn%20los%20hallazgos%2C%20la%20ausencia,su%20compresi%C3%B3n%20y%20abordaje%20terap%C3%A9utico

Silva, M. D. R., & Piccinini, C. A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de psicologia* (Campinas), 24 (4), 561-573. Recuperado em 24 de maio de 2024, de <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Pr4ZP7DtFj7dvyQD8XmdpvR/?lang=pt>

Silva, V. M., Elias, M. P., & Michel, W. (2011) Paternidade sócio-afetiva. *Conteúdo jurídico*, 1, 121-145. Recuperado em 29 de maio de 2024, de <https://conteudojuridico.com.br/open-pdf/cj033707.pdf/consult/cj033707.pdf>.

Sganzerla, I. M., & Levandowski, D. C. (2010). Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: Revisando a literatura. *Psicologia em Revista*, 16(2), 295-309. Acessado em 19 de novembro de 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2010v16n2p295>.

Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. de. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein* (São Paulo), 8(1), 102–106.

Van der Gaag, N., Gupta, T., Heilman, B., Barker, G., & Van den Berg, W. (2023). Situação da Paternidade no Mundo em 2023: Colocar o Cuidado no centro de um mundo em crise. Washington, DC: Equimundo.

Vieira, N. B., & Françoço, M. de F. de C. (2021). MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: PERCEPÇÕES DE HOMENS/PAIS SOBRE PATERNIDADE E VIDA FAMILIAR. *Interfaces Científicas - Humanas E Sociais*, 9(2), 154–165. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p154-165>

Yin, R. K. (2015). *Case Study Research: Design and Methods*. Sage Publications.